

11 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Moro defende que juiz possa pedir a empresas dados de internauta

Reynaldo Turollo Jr.

BRASÍLIA O ministro da Justiça, Sergio Moro, defendeu que juizes brasileiros possam solicitar diretamente a empresas estrangeiras que operam no Brasil, como o Facebook, dados e conteúdos produzidos por usuários suspeitos de terem cometido crimes, sem passar por acordo de cooperação internacional.

A Assespro Nacional (Federação das Associações das Empresas de Tecnologia da Informação) quer que os pedidos de informações protegidas, como conversas privadas, sejam feitos somente por meio do acordo de cooperação internacional, executado no Brasil pelo Ministério da Justiça. Nessa modalidade, a pasta se dirige à autoridade correspondente nos EUA e esta solicita os conteúdos à empresa-mãe lá instalada.

No centro do debate está o Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal (MLAT, na sigla em inglês) firmado entre o Brasil e os EUA. A entidade pediu ao Supremo que declarasse a constitucionalidade do decreto que formalizou o acordo, em 2001.

Na ação ajuizada, a Assespro sustenta que vários tribunais brasileiros têm solicitado às filiais das empresas estrangeiras o repasse de conteúdo produzido pelos usuários, como mensagens e imagens.

Moro participou de audiência pública realizada nesta segunda-feira (10) no STF.

No argumento da Assespro, as filiais brasileiras não possuem as informações, porque o banco de dados não fica no Brasil, e, se fornecerem diretamente conteúdos protegidos, poderão infringir a legislação americana.

Na prática, o que a entidade e as empresas esperam é que o Supremo tome uma decisão que proíba juizes de requerer diretamente às filiais brasileiras os conteúdos dos seus clientes. A audiência pública serve para o tribunal coletar informações das partes interessadas antes de decidir. Não há prazo para o julgamento.

Do outro lado, levantamento do Ministério da Justiça mostra que, de 2016 a 2019, só 26% dos pedidos de cooperação (ou 27 de 102 casos) foram cumpridos total ou parcialmente. O tempo médio de cumprimento foi de dez meses.

“O MLAT tem sido realmente importante, mas está longe de ser um instrumento perfeito de cooperação”, disse Moro.

“A avaliação do Ministério da Justiça é que o artigo 11 da lei 12.965/2014 [Marco Civil da Internet] deixa clara a viabilidade de que uma corte brasileira tem a jurisdição para emitir uma ordem de produção de conteúdo da internet a uma empresa que tenha filial no Brasil, ainda que sua sede seja no estrangeiro.”

A diretora jurídica do Facebook Inc. (nos EUA), Andrea Kirkpatrick, disse que a posição da empresa é que “o MLAT EUA-Brasil é constitucional, eficaz e deve ser o padrão aplicado pelos tribunais brasileiros em investigações criminais envolvendo busca por conteúdo de comunicações de usuários de aplicações sob o controle de empresas sujeitas às leis dos EUA”.

11 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Na periferia, mutirão da Aliança exalta Moro

Em São Paulo, voluntários enfrentam bate-bocas com opositores na coleta por assinaturas para criar sigla de Bolsonaro

Thalza Pauluze

SÃO PAULO “Onde eu assino?”, diz um dos que passam pela calçada na tarde da última quinta (6) em Itaquera, zona leste de São Paulo, ao ver um grupo verde e amarelo. Outros olham torto — há quem cochiche “sou vermelho e branco” — ao cruzar com a coleta de assinaturas para a criação da Aliança pelo Brasil, futuro partido de Jair Bolsonaro.

Um grupo de 11 voluntários tem rodado a periferia paulistana atrás de apoiadores. Fazem vaquinha para custear formulários, tenda, banners e bandeiras e calculam ter conseguido mais de mil assinaturas em duas semanas — entre selfies, gritos de guerra e bate-bocas com opositores.

Para concorrer no pleito municipal de outubro, a Aliança tem até 4 de abril para apresentar ao menos 492 mil assinaturas e obter a validação pela Justiça Eleitoral. A meta tem sido considerada improvável por Bolsonaro, que reconhece a possibilidade de só viabilizar a sigla para a eleição presidencial de 2022.

Na tentativa de inibir fraudes, resolução do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) diz que a ficha para cadastro deve apresentar a assinatura do futuro filiado e de uma testemunha. Qualquer falha pode invalidar os registros.

Por isso, os eventos de coleta de assinaturas, que começaram no fim de 2019, após Bolsonaro sair do PSL, vêm se intensificando ao longo das pri-

meiras semanas de 2020. Organizadores têm atuado em igrejas evangélicas e cartórios e feito mutirões, como na última quinta em São Paulo.

O garoto-propaganda em Itaquera foi o ministro da Justiça, Sergio Moro. Em uma faixa sua foto era acompanhada da frase “Somos todos Moro”. Outra dizia: “Apoio total ao Moro e a Lava Jato”. Nenhum banner ou camiseta tinha a foto de Bolsonaro.

Quem chegava para assinar fazia questão de elogiar o ministro. “Estou aqui não pelo presidente, mas por Moro”, disse um. O empresário Caio Capelleti, 31, ia ao banco quando viu a tenda bolsionarista: “Gosto do Moro e apoio 70% do governo Bolsonaro”.

O ex-juiz é frequentemente cotado como candidato à sucessão de Bolsonaro, embora afirme repetidamente não ter interesse em disputar a eleição. O presidente voltou a sinalizar nos últimos dias que pode indicá-lo para vaga que será aberta neste ano no STF (Supremo Tribunal Federal).

Moro foi responsável pelas principais condenações da Lava Jato, em especial a do ex-presidente Lula (PT) no caso do triplex de Guarujá. Deixou a magistratura, aceitou assumir um cargo sob Bolsonaro e se tornou o ministro mais bem avaliado do governo, com índice superior ao do presidente.

Apesar de sua imagem ser usada para atrair apoiadores ao novo partido, Moro disse à **Folha**, por meio de assessoria, que não tem intenção de

se filiar a nenhuma legenda. A relação do ministro com Bolsonaro teve altos e baixos ao longo do mandato, e a saída dele do governo já foi aventada em alguns momentos.

O grupo de voluntários da Aliança admite a dificuldade de viabilizar a sigla a tempo de participar das eleições de 2020. “Acredito que não vai dar certo neste ano, por causa da burocracia. Se acontecer, vai ser um milagre. Mas mesmo assim estamos dando nosso sangue e toda dedicação pelo nosso presidente”, diz a advogada Eliane Maffei, 52.

Embora CEPs abastados sejam mais receptivos ao grupo, eles dizem fazer questão de ir às “quebradas”. O bairro onde tiveram recepção menos amistosa foi São Mateus, antigo reduto petista na zona leste. “Mas a gente tem que falar com todo mundo.” Onde se sentiram mais abraçados foi no centro de São Caetano do Sul, no ABC paulista.

O grupo que hoje coleta assinaturas para a Aliança se aproximou nas passeatas pelo impeachment da ex-presidente petista Dilma Rousseff.

A primeira vez que entraram em ação em prol do partido de Bolsonaro foi quando o dono de uma empresa de parafusos em Diadema, apoiador do presidente, entrou em contato e sugeriu a mobilização para a nova sigla.

As provocações, dizem, levam na brincadeira. “A gente não xinga, não manda para aquele lugar, nada, é tudo no sambinha”, afirma a técnica de segurança do trabalho Márcia Souza, 54.

CONTINUA

11 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Mas, quando uma mulher passa e critica Bolsonaro, os ânimos se exaltam. Sem se

identificar, ela grita: “Bolsonaro não gosta nem de pobre nem de preto. Não olha pra gente”. Ouve em troca um “vai pra Cuba!” e responde que até iria, se pudesse. Mas não é petista, frisa. Ela chegou a passar mal devido ao bate-boca.

O youtuber de direita Marcos Santos, 53, do canal Marcão News, diz que resolveu ir às ruas colher assinaturas quando percebeu que “o povo estava perdido, confuso com informações desencontradas”.

“A gente esclarece o que é preciso fazer porque muita gente não vai ler o site do partido, só vê rede social”, diz, explicando que basta o RG, o CPF e o número do título de eleitor. Aí é só preencher o formulário e reconhecer firma da assinatura no cartório. A operação custa em torno de R\$ 7.

“Foi bem rapidinho”, surpreende-se o empresário Claudionor Pereira, 56, que tinha ido comprar uma mala e trombou com a tenda. Ele aproveitou e pegou mais um papel para a mulher, “que trabalhou 24 horas para a eleição de Bolsonaro, no WhatsApp, Facebook”.

O auxiliar de escritório Lucas Santos, 24, não sabia o nome do novo partido, só que o presidente deixou “aquele outro” —sem se recordar do PSL.

Opa, mais um patriota”, comemora o grupo toda vez que alguém topa assinar. Questionados se a nomenclatura não causaria confusão com o partido homônimo, eles negam. “Chamamos de patriota quem gosta das cores do Brasil, como diz o lema [da legenda]: Deus, pátria e família. Ninguém confunde”, diz Eliane.

Os voluntários também saem de vários endereços: Barueri, Diadema, São Caetano (Grande São Paulo) e Jardins, bairro nobre da capital.

Márcia acordou às 5h30 por que sabia da peregrinação que iria encarar de Santana de Parnaíba, na região metropolitana, até a zona leste. Foram 4h30 e cinco transportes. “É por amor ao país”, justifica.

“

Se acontecer [a formação do partido neste ano], vai ser um milagre. Mesmo assim estamos dando nosso sangue

Eliane Maffei

advogada, participante do mutirão

“

A gente esclarece o que é preciso fazer; muita gente não vai ler o site do partido, só vê rede social

Marcos Santos

youtuber, participante do mutirão

11 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Morte de miliciano ligado a Flávio traz dúvidas sobre rede de apoio e ação da PM

Adriano da Nóbrega se escondeu em sítio e fugiu para outro local antes de operação; corregedoria vai apurar circunstâncias

João Pedro Pitombo

ESPLANADA (BA) Uma fazenda que abriga um parque de vaquejada na Bahia com dezenas de bois e vacas cercados por coqueiros e, a 8 km de lá, um sítio rodeado por casas e pequenos estabelecimentos comerciais foram os dois últimos esconderijos do miliciano Adriano Magalhães da Nóbrega, 43, ligado ao senador Flávio Bolsonaro, antes de ser morto no domingo (10) durante operação policial.

O cenário em Esplanada (a 170 km de Salvador) que serviu de abrigo ao ex-capitão do Bope do Rio foi descoberto pela ação conjunta das polícias baiana e fluminense, mas expõe uma série de dúvidas sobre a rede que deu suporte a Adriano e sobre a própria versão oficial da morte dele, que estava foragido havia um ano.

Os esconderijos e a rota de fuga indicam que Adriano recebeu ajuda, mas os donos dos imóveis, um pecuarista e um vereador do PSL, negam vínculo com ele e conhecimento de que se tratava de um miliciano do Rio foragido da polícia.

Segundo a versão oficial, Adriano tinha em sua mão uma pistola austríaca 9 mm e foi baleado após reagir a tiros contra a polícia. O miliciano estava sozinho em um terreno cercado. Nesta segunda (11), moradores disseram à

Folha que a ação foi rápida, com barulho de tiros por pouco tempo. A reportagem identificou apenas uma marca de bala dentro da casa, em uma janela de madeira seguindo a trajetória de dentro para fora.

O governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), e a polícia da Bahia, ligada ao governo Rui Costa (PT), elogiaram a operação policial. O secretário de Segurança Pública da Bahia, Maurício Barbosa, disse, porém, que haverá um inquérito da Corregedoria da Polícia Militar para apurar as circunstâncias da morte do miliciano.

Enquanto isso, a proteção da cena onde Adriano morreu segue precária — situação prejudicial para investigações policiais. O portão principal do sítio em Esplanada estava fechado com uma corrente nesta segunda, mas havia espaços abertos na cerca de arame farpado, e a porta da casa estava aberta, sem isolamento.

Homenageado duas vezes na Assembleia Legislativa do Rio por Flávio Bolsonaro, Adriano é citado na investigação que apura a prática de “rachadinha” (esquema de devolução de salários) no gabinete do então deputado estadual. O miliciano teve duas parentes nomeadas por Flávio.

O advogado de Adriano disse que ele relatou a preocupação nos últimos dias de que pudesse ser morto como “queima de arquivo”.

O empresário e pecuarista Leandro Abreu Guimarães, dono da fazenda e parque de vaquejada Gilton Guimarães, também foi preso durante a operação das polícias da Bahia e do Rio sob acusação de porte ilegal de armas — ele tinha duas espingardas e um revólver não registrados.

Em depoimento, ele confirmou que Adriano utilizou sua propriedade como seu penúltimo esconderijo, segundo a Folha apurou. O ex-capitão, segundo ele, chegou à região de Esplanada no final de 2019 afirmando que estava em busca de fazendas para comprar.

Leandro e Adriano já se conheciam do circuito de vaquejadas, conforme a versão do pecuarista. Herdeiro da terceira geração de uma das principais fazendas de criação de gado da região, Leandro costumava abrigar uma vaquejada anual na fazenda e participava de competições em outras cidades do Nordeste.

O pecuarista afirmou à polícia que conhecia Adriano como um criador de cavalos e disse que não sabia que ele era um foragido da Justiça nem envolvido com crimes.

CONTINUA

Segundo Leandro, Adriano aparentava nervosismo na véspera de sua morte e, sob ameaças, ordenou que fosse levado ao sítio do vereador Gilsinho de Dedé (PSL), um dos que havia sido alvo do suposto interesse do ex-policial.

À **Folha** o vereador afirmou que seu sítio, onde Adriano acabou sendo morto, não está à venda. Mas afirmou que, há cerca de dois meses, seu imóvel foi visitado por um corretor de imóveis da região.

Leandro disse que, diante das ameaças, levou Adriano ao sítio de Gilsinho de Dedé na noite de sábado (9). Nos 8 km que separam a fazenda do sítio do vereador, metade do trecho é percorrido por uma estrada de terra, parte na rodovia BR-101 e parte na BA-233 —estrada que leva ao município vizinho de Acajutiba. O sítio fica logo no início da rodovia estadual, no povoado de Palmeira.

O imóvel fica na área urbana do povoado. O cenário da casa indica certo nível de organização de Adriano ao se dirigir ao local. Na mesa da cozinha da casa do sítio, havia uma garrafa térmica com café e pães ainda relativamente frescos. Em um dos quartos havia um colchão. O outro servia como um depósito de sal para animais.

Vizinhos do imóvel afirmam que não viram nenhuma movimentação estranha no local na noite de sábado. E confirmam que a casa era pouco visitada por seu dono, Gilsinho de Dedé. Não há caseiro fixo no local, que era visitado esporadicamente por um funcionário do vereador do PSL —partido pelo qual Jair e Flávio Bolsonaro foram eleitos em 2018, mas saíram no final do ano passado para criar um novo, a Aliança pelo Brasil.

Gilsinho disse à **Folha** ter sido surpreendido pela presença do miliciano no local —alegrou que não o conhecia e que fazia de 15 a 20 dias que não frequentava seu sítio.

A operação que resultou na morte de Adriano ocorreu na manhã de domingo. Moradores estranharam a presença da polícia, já que a área é pacata e não costuma registrar casos de violência. Na casa, manchas de sangue seguiam nesta segunda no piso da sala.

A Secretaria da Segurança Pública da Bahia disse que um homem suspeito de trabalhar como segurança de Adriano entregou à polícia o esconderijo. Ele teria sido preso em um imóvel com um revólver e duas espingardas e, depois, informado à polícia onde Adriano estava.

As polícias dos dois estados já haviam tentado capturar Adriano no dia 1º, num condomínio de luxo em Porto do Sauípe (BA), mas só encontraram a mulher e a filha dele.

O secretário da Segurança da Bahia disse pedir respeito ao trabalho da polícia, “que se colocou em perigo para cumprir o mandato”. Para Barbosa, se não foi um desfecho como esperado, “pelo menos, não se está lamentando a morte de nenhum policial”.

“Colocamos a investigação à disposição de quem quer que seja, para refutar, completamente, o aspecto político que estão querendo dar a uma ação típica de polícia”, afirmou, em uma gravação. “Não há nenhum interesse por parte da SSP, por parte da PM, em esconder qualquer crime cometido por Adriano ou pela sua quadrilha.”

O governador do Rio disse que foi obtido um “resultado que se esperava”. “Chegamos ao local do crime para prender, mas, infelizmente, o bandido que ali estava não quis se entregar. Trocou tiros com a polícia e infelizmente faleceu.”

Em referência a um meme criado pela torcida do Flamengo no ano passado, Witzel ainda disse que a Polícia Civil do Rio “mostrou que está num outro patamar”.

O sociólogo e estudioso das milícias José Cláudio Souza Alves questiona a ação policial.

“Uma operação de cerco lida mais com espera, controle e dissuasão do que com um confronto direto”, afirma Alves, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e autor do livro “Dos Barões ao Extermínio - Uma História da Violência na Baixada Fluminense” (APPH, 2003), em que remonta as origens das milícias do Rio a partir de grupos de extermínio que atuam desde os anos 1960.

“Estamos falando de um quadro simplificado: um cerco a uma casa no campo. Investiram recursos públicos para desembocar naquilo que é o oposto do desejável. Não dá para falar em operação policial de inteligência, mas sim de estupidez e de ignorância.”

Colaboraram Franco Adailton, de Salvador, Fernanda Mena, de São Paulo, e Igor Mello, do UOL

Bolsonaro silencia sobre morte de ex-PM e critica imprensa

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro evitou falar com a imprensa por duas vezes nesta segunda (10), um dia após uma ação policial resultar na morte de Adriano da Nóbrega, ligado a Flávio Bolsonaro.

Ele também não comentou o tema em publicações nas redes sociais de domingo (9) até a noite de segunda (10). O comportamento destoa do habitualmente adotado por Bolsonaro: comemorar ações policiais em que os alvos são encontrados e até mortos.

Capitão reformado do Exército, ele foi eleito com forte apoio de militares e costuma defender publicamente as ações da categoria.

Segundo assessores palacianos, o silêncio do presidente reflete sua preocupação com a situação de seu primogênito.

CONTINUA

A aliados ele já deixou transparecer a inquietação que tem com o caso que apura um esquema de “rachadinha” e já levou a ações de busca e apreensão em seus endereços.

Bolsonaro já confessou temer que as apurações possam resultar em algo mais grave. Publicamente, ele evita comentar o caso e já encerrou entrevistas quando foi questionado sobre o assunto. Na mais recente, em dezembro, pediu que repórteres “ficassem quietos” e disse em tom ofensivo que um deles tinha “cara de homossexual terrível”.

Na manhã desta segunda (10), Bolsonaro não permitiu que a imprensa fizesse perguntas e dirigiu críticas aos jornalistas sem apontar motivo específico. “[Queria] compartilhar com vocês, mas tudo será deturpado. Então lamento, mas não vou conversar com vocês.” À noite, cumprimentou apoiadores e evitou os jornalistas.

O silêncio sobre o assunto também foi adotado pelo ministro Sergio Moro (Justiça) e pelos filhos do presidente com mandato — Flávio, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e o vereador do Rio Carlos Bolsonaro (PSC).

Ativo nas redes sociais, Eduardo não comentou a morte do ex-capitão do Bope. Desde que a notícia veio à tona, ele retuitou vídeo que mostra a participação do pai em um evento evangélico e fez postagens com críticas à oposição.

Também dedicou tempo para comemorar a derrota do documentário “Democracia em Vertigem” no Oscar e para alfinetar o governador paulista, João Dória (PSDB), pelos transtornos provocados pela forte chuva que atingiu São Paulo nas últimas 24 horas.

Assim como o presidente, ele costuma usar as redes sociais para comemorar ações policiais. No dia 7, por exemplo, parabenizou a Rota, tropa de elite da PM paulista, por uma notícia que mostrava aumento de 98% das mortes cometidas pelos agentes da divisão.

“Parabéns, Policiais! O que mais causa a morte de policiais é o receio de apertar o gatilho por medo de ser condenado num tribunal do júri ou massacrado pela imprensa — e em ambos os casos ele não tem advogado de graça”, escreveu o deputado.

Flávio passou o dia em Brasília, mas nem ele nem seu advogado quiseram se manifestar sobre a morte de Adriano. Talita Fernandes, Danielle Brant e Daniel Carvalho

CONTINUA

Entenda a morte de Adriano da Nóbrega, acusado de chefiar milícia no Rio de Janeiro

Quem é Adriano da Nóbrega? É um ex-capitão do Bope, elite da Polícia Militar carioca. É suspeito de comandar uma milícia no Rio de Janeiro e de integrar um grupo de assassinos profissionais do estado. Já foi preso e solto três vezes, por um assassinato e uma tentativa de assassinato, mas foi inocentado dos crimes. Foi expulso da PM em 2014 por ter ligação com bicheiros e estava foragido havia cerca de um ano, após operação deflagrada pelo Ministério Público do Rio para prender milicianos na zona oeste carioca

Em que circunstâncias ele foi morto? Em uma operação conjunta das polícias da Bahia e do Rio de Janeiro. Ele foi encontrado em Esplanada, interior da Bahia, e, segundo a polícia do estado, reagiu com tiros à ordem de prisão. Ainda de acordo com as autoridades baianas, Adriano foi atingido em meio à troca de tiros e foi levado a um hospital da região, mas não resistiu. Uma funcionária do hospital, porém, disse à **Folha** que ele já chegou morto. A polícia apreendeu quatro armas e 13 celulares na casa onde ele estava

Onde Adriano estava? O ex-PM foi encontrado em um sítio do vereador do PSL de Esplanada, Gilson Batista Lima Neto. Ele diz que a propriedade estava vazia e que não tinha nenhuma relação com Adriano.

Antes, o ex-PM ficou escondido em uma fazenda a cerca de 8 km dali, pertencente ao empresário e pecuarista Leandro Abreu Guimarães

Qual era a relação de Leandro com Adriano?

O pecuarista, que foi preso durante a operação por porte ilegal de arma, disse em depoimento à polícia que conhecia o ex-PM do circuito de vaquejadas e que achava que ele era criador de cavalos. Também afirmou que Adriano chegou a Esplanada no fim de 2019 e que disse estar à procura de fazendas para comprar na região. Leandro, que negou ter conhecimento do envolvimento do ex-PM com crimes, disse ainda que, na noite anterior à morte de Adriano, foi ameaçado por ele e forçado a levá-lo para o sítio de Gilson

Como a polícia chegou ao esconderijo de Adriano?

Segundo o secretário de Segurança da Bahia, Maurício Barbosa, um homem que teria trabalhado como segurança de Adriano delatou o local do esconderijo após ter sido preso

Qual a ligação de Adriano com Flávio Bolsonaro?

O ex-policial foi citado na investigação do Ministério Público do Rio de Janeiro que apura se houve "rachadinha" no gabinete de Flávio quando ele era deputado estadual. Segundo o MP-RJ,

contas de Adriano foram usadas para transferir dinheiro a Fabrício Queiroz, então assessor de Flávio e suspeito de comandar o esquema de devolução de salários. Queiroz e Adriano trabalharam juntos no 18º Batalhão da PM. Foi por meio de Queiroz que familiares de Adriano foram contratados como assessores no gabinete de Flávio: a mulher do ex-capitão, Danielle Mendonça da Costa da Nóbrega, de 2007 até novembro de 2018, e a mãe dele, Raimunda Veras Magalhães, de abril de 2016 a novembro de 2018

Há outras ligações entre os Bolsonaro e Adriano?

O ex-PM já foi homenageado por Flávio, na Assembleia do Rio, e por Jair Bolsonaro, na Câmara dos Deputados, mesmo depois de ter se tornado suspeito de crimes

Qual a ligação de Adriano com o caso Marielle?

Os acusados pelo Ministério Público pela morte da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes, em março de 2018, são o policial reformado Ronnie Lessa (suspeito de ser o autor dos disparos) e o ex-PM Élcio Vieira de Queiroz (suspeito de dirigir o carro). A polícia investiga se há relação de Lessa com uma quadrilha de matadores da qual Adriano era suspeito de fazer parte.

CONTINUA

11 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

'Arquivo' pode ir além do gabinete de Flávio

CONTINUAÇÃO

PERGUNTAS SEM RESPOSTA

- Por que Adriano estava escondido na Bahia?
- Por que Leandro Guimarães deu abrigo a Adriano em sua fazenda?
- Por que Adriano deixou a fazenda de Leandro para se esconder no sítio de Gilson? Ele ficou sabendo que a polícia planejava uma operação? Se sim, como?
- Se Gilson diz não conhecer Adriano, por que ele foi encontrado em seu sítio? Como Adriano soube do local?
- A casa onde Adriano foi morto tinha um colchonete, alguns móveis e alimentos, sinais de que pode ter sido preparada para receber alguém. Alguém ajudou Adriano a se esconder?
- Se Adriano estava em um terreno cercado e com chances mínimas de fuga, por que a polícia, em vez de invadir a casa, não fez um cerco, reduzindo as chances de confronto e morte?
- Se a Secretaria da Segurança Pública da Bahia vai investigar as circunstâncias da morte, por que o local onde Adriano foi morto não foi protegido ou isolado, evitando contaminação?

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO A morte do ex-capitão Adriano da Nóbrega deixa uma série de perguntas não respondidas sobre a relação da família Bolsonaro com o miliciano. Mas o "arquivo" do ex-PM morto neste domingo (9) ia além da família presidencial.

Investigações apontam que Adriano atuava em diferentes atividades ilegais, entre elas milícia, jogo do bicho, máquinas caça-níqueis e homicídios profissionais.

Conhecido como exímio atirador, ele tinha fama nos bastidores da polícia e da contravenção — que se transformou em notoriedade pública após a Operação Os Intocáveis, quando a Justiça determinou sua prisão e ele se tornou foragido.

Naquele janeiro de 2019, identificou-se que Adriano mantinha duas parentes no antigo gabinete de Flávio Bolsonaro, então deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Foi nesse período que vieram a público também as medalhas concedidas ao ex-PM por Flávio, bem como o discurso de 2005 do então deputado federal Jair Bolsonaro em sua defesa.

A denúncia da operação apontou o ex-policial como chefe da milícia de Rio das Pedras, a mais antiga da cidade. Em telefonemas gravados com autorização da Justiça, era chamado de "patrão".

Investigadores afirmam que a milícia era um dos "investimentos" de Adriano, que delegava o dia a dia do controle do território a comparsas.

O ex-capitão tem uma história mais longa com a contravenção. Já foi acusado pelo atentado a um bicheiro e

expulso da PM porque atuava na segurança de outro. Há a suspeita de que Adriano havia crescido na hierarquia dessa quadrilha, tornando-se sócio de metade das máquinas caça-níqueis da cidade.

Ele também era apontado como o líder de um grupo de assassinos profissionais. Há a suspeita de que outro integrante dessa equipe seja o PM aposentado Ronnie Lessa, acusado da morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

Essa interseção fez com que Adriano também fosse investigado no crime — ele prestou depoimento no inquérito, mas não foi acusado.

Depoimentos apontam que os dois grupos (de contraventores e de homicidas) contavam com a cobertura de policiais militares e civis corruptos. Embora seja conhecido no meio policial como um assassino profissional, ele não responde atualmente a nenhuma denúncia pelo crime. Há quem atribua a "ficha limpa" ao fato de matar sem deixar rastros.

No grupo de contraventores, Adriano mantinha fortes vínculos com a família do bicheiro Waldomiro Paes Garcia, o Maninho, morto em 2004. Ele foi segurança da filha de Maninho, Shanna Harrouche Garcia, alvo de um atentado recentemente.

Já no grupo de supostos homicidas, o PM aposentado Ronnie Lessa chegou a ser baleado em abril de 2018. A Justiça considerou o caso apenas uma tentativa de latrocínio.

CONTINUA

11 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Adriano foi morto numa operação policial oficial na Bahia. O advogado Paulo Cata Preta, contudo, afirma que seu cliente temia ser morto por "queima de arquivo".

"Ele disse que, se se entregasse, tinha certeza de que estaria morto no dia seguinte e também que estaria morto se o encontrassem. Falou, inclusive, que seria queima de arquivo", disse o advogado.

A investigação sobre o grau de envolvimento de Adriano no gabinete de Flávio ainda estava em apuração.

O Ministério Público do Rio de Janeiro já havia identificado que contas controladas pelo ex-PM abasteceram Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador suspeito de ser o operador da "rachadinha".

11 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Memórias de Adriano

Operação que matou miliciano ligado a Flávio
Bolsonaro precisa ser mais bem esclarecida

Ainda não estão por inteiro esclarecidas as circunstâncias que provocaram a morte do ex-capitão da PM fluminense Adriano Nóbrega, encontrado por policiais no domingo (9), em um sítio na Bahia, depois de mais de um ano foragido.

Ele era um dos alvos da Operação Intocáveis, deflagrada em janeiro de 2019 pelo Ministério Público, com o objetivo de prender suspeitos de comandar milícias que atuam no Rio de Janeiro.

O ex-PM era suspeito de ser o chefe da milícia da favela de Rio das Pedras, o grupo mais antigo da cidade. Em conversas telefônicas gravadas com autorização da Justiça, era chamado de “patrão”.

Adriano apresentava longo histórico em contravenções e atividades criminosas. Foi preso diversas vezes, condenado por homicídio, expulso da PM por envolvimento com o jogo do bicho.

Foi apontado como líder de um grupo de assassinos profissionais do qual faria parte o policial aposentado Ronnie Lessa, acusado no assassinato da vereadora Marielle Franco. Suspeita-se, também, que o ex-capitão fosse sócio do controle de metade das máquinas caça-níqueis da capital fluminense.

Na época em que foi lançada a Operação Intocáveis, surgiram as já notórias evidências de relações entre o miliciano e o senador Flávio Bolsonaro, quando este exercia o mandato de deputado estadual no Rio de Janeiro.

Contas controladas por Adriano, que mantinha a mulher e a mãe no

gabinete do filho do presidente da República, destinaram recursos para Fabrício Queiroz, o ex-assessor tido como operador do esquema da “rachadinha” — que consiste no desvio fraudulento de recursos dos salários de servidores.

Em meio às investigações, ganharam projeção fatos sugestivos, como uma moção de louvor ao ex-capitão, apresentada por Flávio Bolsonaro à Assembleia fluminense, em outubro de 2003, seguida da concessão ao policial da Medalha Tiradentes, em junho de 2005.

Naquele mesmo ano, Adriano também mereceu um discurso em sua defesa, por parte do então deputado federal Jair Bolsonaro.

Todos esses fatos, além de outros levantados nas apurações, não deixam dúvida sobre a relevância das informações que o ex-PM poderia prestar em auxílio à elucidação de práticas ilícitas do submundo das milícias e de suas ramificações.

Não é sem motivo, portanto, que se levantem especulações sobre uma possível “queima de arquivo” na ação que levou à morte do procurado na Bahia. Pela versão oficial, o foragido resistiu à abordagem com o uso de armas de fogo e foi alvejado no confronto.

A dúvida que se ventila é se o fato de o ex-capitão estar isolado numa casa em área rural não favoreceria uma atuação mais paciente e cautelosa do cerco policial, de modo a preservar sua vida — e os relatos que poderia oferecer à Justiça. Os responsáveis pela operação têm, pois, explicações a apresentar.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Queima de arquivo?

SÃO PAULO Não há, por ora, elementos objetivos a sustentar a tese de que a morte do miliciano Adriano da Nóbrega tenha sido uma operação de queima de arquivo para beneficiar o clã Bolsonaro. O chocante é constatar que essa hipótese é verossímil, a ponto de os principais órgãos de imprensa terem publicado textos em que ela é contemplada.

Não faz tanto tempo, seria inconcebível imaginar um presidente da República e seus filhos envolvidos nesse tipo de noticiário. Não que só tenhamos tido líderes impolutos, mas não era comum ver políticos de alto coturno com ligações tão abertas com a baixa criminalidade. Se as tinham, ao menos as escondiam.

Não os Bolsonaros. O próprio presidente fez, quando ainda era deputado federal, um discurso em que defendeu o miliciano de uma acusação de assassinato. O primeiro filho, Flávio, foi mais longe e, além de defendê-lo e condecorá-lo, contratou-lhe a mãe e a irmã. As familiares de Nóbrega só se desligariam do gabinete de deputado estadual de Flávio em novembro de 2018.

Pelo menos parte dessas ligações perigosas apareceu nos jornais antes do pleito e, apesar disso, Bolsonaro foi eleito. Como explicar isso?

No que talvez seja um subproduto da polarização, nós nos tornamos hipercéticos e passamos a aplicar categorias jurídicas mesmo onde elas não cabem. É claro que todos são inocentes até prova em contrário, mas isso vale na esfera penal, não na vida em geral. Não é porque ainda não houve trânsito em julgado, que você precisa oferecer um cargo de diretor de "compliance" ao suspeito de corrupção ou pedir em casamento a mulher acusada de matar seus quatro maridos anteriores.

Para a sociedade funcionar bem, precisamos, muitas vezes, nos fiar em juízos morais sumários. O risco de que cometamos injustiças é real, mas pior, me parece, é colocar em cargos-chave da República pessoas que não têm qualificação ética para ocupá-los.

11 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

RANIER BAAGON

As pedaladas de Fux e Alcolumbre

11 FEV 2020

BRASÍLIA. Em tempos de descrédito das instituições, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e o futuro presidente do Supremo, Luiz Fux, acharam por bem se apegar a mesquinhos interesses corporativos para dar as suas bolsonaradas.

Autor de algumas das decisões mais desarrazoadas do atual colegiado — como as de caráter liminar que garantiram por quatro anos o indiscriminado pagamento de auxílio-moradia a juizes até que eles ganhassem um reajuste salarial —, Fux suspendeu por tempo indeterminado a implantação do juiz das garantias. A lei foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República, aqueles que, pelas regras republicanas, detêm tal atribuição.

A Fux caberia promover, preferencialmente de forma colegiada, a análise do caso à luz da Constituição. Em vez disso, preferiu inovar, ganhando o aplauso da Lava Jato e das associações de magistrados.

Já o presidente do Senado ameaça não só estabelecer um rito procrastinatório para retirar o mandato de parlamentares cassados pelo Tribunal Superior Eleitoral como até se insurgir contra uma decisão judicial. A Câmara restabeleceu na semana passada o mandato do deputado Wilson Santiago (PTB-PB), acusado de embolsar dinheiro de obras contra a seca. Um ato claramente corporativista, mas que respeita o entendimento estabelecido pelo próprio STF. A corte decidiu em 2017 que cabe ao Legislativo a palavra final sobre o afastamento de parlamentares contra os quais não há condenação.

Alcolumbre quer forjar ritos e aventar opções para uma situação em que a única atitude legal é a declaração da perda do mandato da senadora Juíza Selma (PODE-MT), condenada por caixa dois eleitoral.

Em qualquer momento histórico, as atitudes de Fux e Alcolumbre seriam motivo de constrangimento institucional. No atual, em que justamente Supremo e Congresso são apontados, e com razão, como freios aos arroubos antirrepublicanos vindos do Palácio do Planalto, elas são nada menos do que inadmissíveis.

11 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Cabral aponta, pela 1ª vez, envolvimento da mulher em lavagem de dinheiro

RIO DE JANEIRO O ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral (MDB) afirmou nesta segunda-feira (10), pela primeira vez, que sua esposa, Adriana Ancelmo, o ajudou na lavagem de dinheiro de propina.

Este foi o primeiro interrogatório de Cabral após ter o acordo de colaboração com a Polícia Federal homologado pelo ministro Edson Fachin, do STF. O processo ganhou relevância porque os procuradores da Lava Jato no Rio desconfiavam que o agora delator omitiu crimes cometidos pela ex-primeira-dama mesmo após passar a confessar seus delitos.

Cabral foi ouvido pelo juiz Marcelo Bretas sobre a acusação de ter lavado R\$ 3,1 milhões da propina obtida junto a fornecedores do estado por meio da rede de restaurantes Manekineko e o escritório da ex-primeira-dama. De acordo com o ex-governador, foi Adriana quem apresentou a rede como forma de lavar dinheiro.

Segundo o Ministério Público Federal, o dinheiro do suborno era usado para remunerar funcionários dos restaurantes. Em contrapartida, o Manekineko fazia transações de mesmo valor para o escritório de Adriana, que emitia notas para simular serviços advocatícios.

Com a dinâmica, Cabral lava aparência legal a valores que recebeu ilegalmen-

te. A empresa, por sua vez, pagava funcionários por fora do registro em carteira.

Segundo Cabral, Adriana sabia que ele tinha um "caixa paralelo". "Ela não sabia [das contas no exterior]. Era um cuidado que eu tinha. Mas sabia que eu tinha um caixa paralelo, que meus gastos não eram compatíveis com a minha receita formal", disse.

É a primeira vez que ele envolve diretamente a esposa. Em interrogatórios anteriores, quando já confessava seus crimes, ele buscou eximir Adriana de culpa.

Em seu interrogatório, a ex-primeira-dama pediu para não responder às perguntas. Sua defesa disse, em nota, que ela "jamais participou de qualquer ilícito porventura praticado por terceiros envolvendo o Manekineko".

Ainda nesta segunda, o Órgão Especial do TJ-RJ aceitou denúncia contra Cabral pelo suposto pagamento de mesada ao ex-procurador-geral de Justiça Cláudio Lopes.

A decisão foi unânime entre os 21 desembargadores que participaram da sessão. Quatro se declararam suspeitos para analisar a denúncia.

Adriana foi condenada em quatro ações e soma 36 anos e 1 mês de pena. Ela está em liberdade, com tornozeleira eletrônica. Cabral foi condenado em 13 processos e soma mais de 282 anos de pena. Italo Nogueira

11 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

? **Temer diz que 'Democracia em Vertigem' é ficção**

SÃO PAULO Michel Temer viu "Democracia em Vertigem" e não gostou. O ex-presidente da República afirmou à Folha que o documentário brasileiro, que o pinta como vilão e foi derrotado neste domingo (9) na disputa pelo Oscar, está mais para ficção do que para realidade.

"As imagens são reais, [o documentário é] muito bem fotografado, muito bem produzido, entretanto, há uma postura político-partidária e pessoal que retira a credibilidade do filme", disse o líder do MDB em comunicado.

Temer, que assumiu o Planalto após o impeachment de Dilma Rousseff (PT) — fato central do documentário de Petra Costa — preferiu não dar entrevista, mas se manifestou via nota.

Para o ex-presidente, que também é especialista em direito constitucional, "ela [Petra] trabalha com uma visão equivocada do Estado de Direito e não com uma visão jurídico-constitucional. Aproxima-se mais de ficção do que documentário". Joelmir Tavares

PAINEL

NATELA O governo da Bahia diz não ter imagens da operação que matou o ex-PM Adriano da Nóbrega, ligado ao senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ), na madrugada do último domingo (9). De acordo com a secretaria de segurança baiana, não é praxe realizar filmagens.

ESPERANÇA A senadora Juíza Selma Arruda (Pode-MT) enviou ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), um questionamento sobre a intenção de colocar em votação a sua cassação de mandato já nesta semana.

DAGUNÇA A parlamentar alega que seu caso só poderia ir a plenário depois de transitar em julgado, como em casos semelhantes no passado. "Se na instância superior esta senadora for absolvida, serão as eleições anuladas, ou o Estado de Mato Grosso contará com quatro senadores?", questiona em documento enviado ao presidente.

11 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

9 mortos, nenhum culpado

Desfecho de inquérito sobre ação em Paraisópolis expõe deficiência do controle externo da polícia

Com o pedido de arquivamento do inquérito militar sobre a ação da PM em Paraisópolis, restou dissolvida a responsabilidade pela morte de nove jovens em dezembro.

Embora continue em andamento a investigação pela Polícia Civil, o desfecho pouco conclusivo dado ao caso na esfera da Corregedoria da Polícia Militar expõe as falhas das instituições incumbidas de responsabilizar agentes de segurança.

Por respeito às mortes dos jovens na desastrosa ação de 31 policiais durante um baile funk, esperava-se que as responsabilidades individuais e coletivas fossem investigadas com o esmero que a gravidade do caso requer. Essa não tem sido a regra, entretanto.

Relatório da Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo, de setembro de 2019, apontou que em 2017 a Corregedoria investigou menos de 3% dos casos de operações que resultaram em morte.

Embora a atuação do órgão esteja inerentemente limitada por fazer parte da corporação, a PM de São Paulo carece até de um modelo que favoreça alguma isenção.

A experiência internacional revela pontos que poderiam ser me-

lhorados, como a criação de um plano de carreira específico para a Corregedoria e serviços de proteção contra eventuais represálias.

Órgãos como o Ministério Público paulista, que não tem exercido o controle externo da polícia a contento, e a Ouvidoria das Polícias, cujo ouvidor foi substituído no dia de divulgação do balanço de suas ações, devem encontrar um ambiente institucional em que possam exercer tais funções. Isso tampouco tem sido a regra.

Tecnicamente, operações de controle de distúrbio — como são chamadas as ações como a de Paraisópolis — devem, pelas regras da própria polícia, priorizar rotas de fuga e não encurralamento.

Os jovens mortos em dezembro não eram da região, o que sugere que não conheciam a área para conceber formas de dispersão.

Além das responsabilidades individuais, ora arquivadas, qual a responsabilidade coletiva da corporação pelos erros nesta operação? Tal pergunta, apesar de fundamental para evitar novas mortes, tarda em ser respondida pelas autoridades policiais e pelo governador João Doria (PSDB).

11 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF4 diminui pena com base em novo regulamento sobre armas de fogo

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve a condenação de um vendedor de Porto Alegre (RS) pelo crime de tráfico internacional de arma de fogo, mas diminuiu a sua pena com base no Decreto nº 9847/2019, que alterou a Lei nº 10826/2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento, e tirou a restrição de uso de armas portáteis automáticas ou semiauto-

máticas com calibre 9 milímetros. O homem foi flagrado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) com duas pistolas e sete carregadores de munição trazidos do Paraguai enquanto viajava de ônibus na BR 386. A 7ª Turma do tribunal, de forma unânime, reduziu a condenação de 6 anos e 9 meses para 4 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de multa.

Banco Central deve restituir agricultor que teve parte do seguro negado

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou no dia 29 de janeiro sentença que condenou o Banco Central do Brasil (Bacen) a pagar R\$ 5.286,61 a um agricultor catarinense que teve parte de sua cobertura securitária negada. Ele fazia parte do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que garante a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos

naturais que atinjam plantações.

O morador de São José do Cedro (SC) havia aderido ao Proagro em 2011. Ele adquiriu um empréstimo de R\$ 89 mil junto ao banco cooperativo de seu município com o objetivo de custear os insumos e o plantio da safra de milho. Devido à estiagem que atingiu a região na época, o agricultor teve rendimentos escassos e acionou o programa de seguros visando a cobertura parcial dos danos materiais.

11 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

LEANDRO MAZZINI

TE CUIDA, MINISTRO

De todo lado vem resposta dura contra o ministro da Economia, Paulo Guedes, que chamou funcionários públicos de parasitas. A Federação Nacional dos Policiais Federais contesta veemente. “As afirmações (..) consagram um discurso perigoso e generalizante, que em nada contribui para o fortalecimento de uma nação e sua economia”. A nota lembra que “os trabalhos na Operação Lava Jato têm demonstrado a nossa força e a nossa coragem de enfrentar o poder atrelado à corrupção”.

VALEU, ‘PARASITAS’!

Aliás, os ‘parasitas’ do Judiciário brasileiro, aliados aos ‘parasitas’ da Polícia Federal, recuperaram aos cofres públicos mais R\$ 668 milhões de dinheiro público – já depositados no Tesouro. Vieram das operações dos braços da Lava Jato do Rio de Janeiro, deflagradas pelo juiz Marcelo Bretas. Guedes já soube, e não agradeceu.

FÁBIO CAMPANA

LEGADO

O juiz Marcelo Bretas vai marcar para abril o leilão do acervo de joias que pertenceu a Sérgio Cabral e Adriana Ancelmo. O trabalho de perícia e avaliação das peças deve ser concluído em algumas semanas. Estão lá, entre tantas, um Vacheron Constantin Patrimony, em ouro branco, um Cartier Ronde Louis, com pulseira de ouro, um conjunto de anel e brincos com 146 diamantes, assinado por Antônio Bernardo, só para começo de conversa.

11 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Ministério da Defesa alega inexistência de lei, ignora TCU e deixa de informar número de filhas de ex-integrantes das Forças Armadas que atualmente recebem pensão

Governo omite dados de pensão a filhas de militares

Vinicius Valfre / BRASÍLIA

O Ministério da Defesa mantém sob sigilo quem são e quanto recebem de pensão vitalícia as filhas herdeiras de militares. Embora o Tribunal de Contas da União (TCU) tenha determinado, em setembro do ano passado, a divulgação de todos os valores pagos aos pensionistas do Poder Executivo, as Forças Armadas se recusam a abrir a caixa preta. A justificativa do ministério é que não existe lei obrigando a apresentação desses dados. A interpretação é criticada por especialistas.

O **Estado** mostrou, em uma série de reportagens, que o Legislativo paga pensão para 194 filhas solteiras de ex-parlamentares e ex-servidores do Congresso. Somente em 2019, o gasto com esse privilégio foi de cerca de R\$ 30 milhões. A Câmara e o Senado publicam os dados no Portal da Transparência, uma consulta acessível a qualquer cidadão. O Executivo, porém, só passou a divulgar as informações relativas às pensões das filhas solteiras a partir de dezembro, atendendo ordem do TCU.

Ao menos 52 mil mulheres recebem, atualmente, valores mensais porque não se casaram “no papel” e porque seus pais, todos civis, trabalharam no governo federal antes de 1990. Nos dois últimos meses de 2019, essa quantia somou R\$ 630 milhões. As herdeiras de militares, no entanto, não estão nestalista. O sigilo abrange, ainda, aposentados e demais pensionistas das Forças Armadas.

o 'Bolsa solteira'
R\$ 30 mi

é o custo anual da Câmara dos Deputados e do Senado com o pagamento de pensão para 194 filhas de ex-parlamentares e ex-servidores.

R\$ 630 mi

foi o valor desembolsado em pensão para filhas solteiras de ex-servidores do Executivo em novembro e dezembro de 2019.

19.931

solteiras são vinculadas ao Ministério da Infraestrutura; depois vêm Ciência e Tecnologia (6.310), Economia (5.370), Saúde (5.114) e Agricultura (4.627).

Informações sobre inativos ligados à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e ao Banco Central (BC) também são omitidas pelo governo. A Abin alega que os dados são secretos porque é necessário preservar seus servidores. O BC não respondeu até o fechamento desta edição.

Entre 2009 e 2011, a União gastou mais de R\$ 4 bilhões por ano com o pagamento de pensões a filhas solteiras de militares, como apurou o **Estado** à época. No período, o benefício foi pago para 90.900 mulheres. O valor destinado às filhas solteiras representava 16% de todo o montante gasto com a Previdência dos militares.

O privilégio foi extinto em dezembro de 2000, mas quem já era integrante das Forças Armadas naquela data teve a chance de manter o benefício, desde que aceitasse pagar 1,5% a mais de contribuição previdenciária. A remuneração das herdeiras militares não depende do estado civil, ao contrário da condição imposta a filhas de servidores civis – elas precisam se manter solteiras se quiserem continuar como pensionistas.

Em entrevista ao **Estado**, na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro disse que não se deve mexer em direito adquirido ao comentar o pagamento às filhas solteiras. “O que está aí temos acertado que a gente não mexe”, afirmou. Após a série de reportagens, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encomendou um estudo para verificar a possibilidade de entrar no Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de reverter o pagamento das solteiras do Legislativo.

CONTINUA

Procurado pela reportagem para comentar a omissão dos dados por parte dos militares, do Banco Central e da Abin, o TCU informou que um novo processo para monitorar o atendimento às determinações será aberto, mas a medida ainda não tem data para ocorrer. O Ministério da Defesa insiste que não há “determinação legal específica que imponha (...) a prestação de informações a respeito dos proventos dos militares inativos e de seus pensionistas”.

Os valores não são divulgados nem mesmo por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). Na prática, os militares vêm negando pedidos por interpretarem que as informações são de caráter pessoal.

Estimativa. Ao julgar o assunto, em setembro, o TCU entendeu não haver necessidade de uma ordem específica para a divulgação individualizada de dados de pensionistas. Outros poderes e Estados, por exemplo, já o fazem. O tema entrou na pauta do TCU após denúncia do site Fiquem Sabendo.

Em seu voto, o relator do caso, ministro Walton Alencar Rodrigues, estimou as despesas com servidores aposentados, na reserva, reformados e instituidores de pensão em R\$ 494,64 bilhões entre 2011 e 2016. “O volume de recursos é suficiente para demonstrar a importância de se implementar a transparência ativa dessas informações”, disse o ministro.

A partir da decisão mais recente do TCU, a Controladoria-Geral da União (CGU) também enviou ofícios à Defesa e a outros órgãos não incluídos nas bases de dados do Ministério da Economia, como o Banco Central. A Controladoria reforçou a posição de dar publicidade aos dados e solicitou o envio mensal dessas informações.

Exceção. O diretor-executivo da Transparência Brasil, Manoel Galvão, criticou a interpretação que a Defesa tem dado às leis sobre a abertura dos dados aos cidadãos. Galvão destacou que a Constituição e até mesmo a LAI tratam o sigilo como “exceção”. “A interpretação que os militares fazem é legalmente errada. Dizem que não existe determinação expressa de transparência e, por isso, dão sigilo. É o contrário. Se o TCU determinou que dados de inativos devem ser transparentes e não há nenhuma lei especificando que militares têm de ser exceção, a regra é a publicidade dos dados”, afirma ele.

Para o secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, a não apresentação dos dados de pensões afronta a LAI. “Os cidadãos têm o direito de saber como está sendo gasto o seu dinheiro. Argumentos semelhantes quanto ao sigilo dos salários foram derrubados pelo STF. Imagino que a Justiça, quando consultada, obrigará a divulgação dos proventos dos militares inativos e dos pensionistas”, afirma.

Regina Duarte é beneficiária

Prestes a assumir a Secretaria da Cultura, a atriz Regina Duarte recebe R\$ 6.843,34 mensais de pensão militar desde 1999, segundo dados do Ministério da Defesa obtidos pelo *Estadão Verifica*. Jesus Nunes Duarte, pai de Regina, foi primeiro-tenente do Exército e morreu em 1981, em um acidente de carro.

Regina foi casada três vezes antes do atual marido, Eduardo Lippincot. Diferentemen-

te do que acontece em outros órgãos públicos, o benefício para filhas de militares das Forças Armadas é irrestrito na maior parte dos casos.

Uma lei de 1991 definiu que a medida só poderia favorecer solteiras, mas, em 1993, o Supremo Tribunal Federal (STF) reverteu a decisão.

Há 20 anos, o benefício foi limitado para filhos ou enteados de até 21 anos – ou 24 se forem universitários –, mas o privilégio vitalício segue para as filhas de militares admitidos nas Forças Armadas antes de dezembro de 2000.

11 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

● **clima...** Será julgado hoje no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) recurso do subprocurador Moacir Guimarães Morais Filho pedindo a cassação da aposentadoria de Rodrigo Janot, com base na declaração de que pensou em matar Gilmar Mendes.

● **..pesado.** O relator é o conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Junior, amigo do ministro do STF. Apesar disso, o recurso deve ser negado. Não há motivos jurídicos para embasar o pedido, dizem conselheiros.

BOMBOU NAS REDES!



Deltan Dallagnol

Procurador da República

“Nova lei vai criar ambiente de risco constante a juízes, procuradores e investigadores que enfrentam crimes de poder”, *sobre lei do abuso de poder.*

11 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Senado pode obrigar MP a favorecer o acusado

Está na pauta do Senado um projeto que altera radicalmente a atuação do Ministério Público. De autoria de Antonio Anastasia (PSDB-MG), a proposta altera o artigo 156 do Código de Processo Penal para estabelecer a obrigatoriedade de o MP "buscar a verdade dos fatos" também a favor do indiciado ou acusado. Já com parecer favorável do relator, o projeto será votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em caráter terminativo, ou seja, será a palavra final do Senado.

Isenção obrigatória

Anastasia lembra que o MP tem as mesmas garantias da magistratura e por isso precisa de idênticas obrigações, como da imparcialidade.

Palavra final

O projeto aprovado em caráter terminativo é a palavra final do Senado sobre o tema para enviar à Câmara, à sanção ou para promulgação.

Aval importante

O projeto ganhou força com o parecer favorável do relator Rodrigo Pacheco (MDB-MG), cujos conhecimentos jurídicos são respeitados.

Cabral confirma acordo de delação com PF

Em depoimento ao juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, o ex-governador do Estado Sérgio Cabral confirmou que firmou acordo de delação com a Polícia Federal. O acordo, segundo o advogado Marcio Lambert, já foi homologado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). A colaboração foi firmada em dezembro passado. O conteúdo está sob sigilo.

Cabral foi alertado pelo juiz Marcelo Bretas que qualquer declaração do ex-governador na audiência de ontem poderia ter reflexos futuros no próprio acordo. Cabral se disse ciente, mas não se furtou a responder qualquer pergunta - a não ser quando foi inquirido pela defesa de Adriana Ancelmo sobre pontos envolvendo a delação.

Cabral depôs pela primeira vez diante de Bretas na condição de testemunha, em caso envolvendo lavagem de dinheiro com o escritório de advocacia da mulher, Adriana Ancelmo.

FOLHA DE LONDRINA

EDITORIAL

11 FEV 2020

Tragédia tratada com frieza

O incêndio que matou 10 crianças que dormiam no alojamento das categorias de base do Flamengo, no Ninho do Urubu, no Rio de Janeiro, completou um ano no último sábado (8). As vítimas eram atletas do clube e doze meses depois a tragédia ainda não teve um desfecho.

É a velha história que se repete no Brasil de tempos em tempos em que o descaso com a vida se transforma em mortes de inocentes sem que ninguém seja responsabilizado. É o que aconteceu em Mariana e em Brumadinho, só para citar dois exemplos.

O Flamengo ainda não firmou um acordo para indenizar a maior parte das famílias. Mas as queixas não se resumem à questão da indenização. O comportamento do clube quanto ao tratamento das famílias vem provocando indignação da opinião pública e da própria torcida.

A estratégia do clube de fugir do tema em entrevistas e tratar as famílias dos meninos que morreram como "adversárias" vem desagradando torcedores e não torcedores.

Um episódio ocorrido no último fim de semana mostrou o despreparo da direção do Flamengo em lidar com essa crise. O clube barrou familiares das vítimas que pretendiam fazer uma oração dentro do Ninho do Urubu no último sábado. Faltou sensibilidade. Sem falar no desrespeito com aqueles que confiaram a vida do filho para o Flamengo. Uma atitude que fez a onda de críticas contra a diretoria do clube crescer ainda mais.

Se no final de 2019 o time deu motivos para a nação rubro-negra se orgulhar, a sua diretoria começou 2020 pisando na bola. Na última sexta-feira (7), a Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), por meio dos integrantes de uma CPI, recebeu familiares dos atletas mortos no incêndio para prestarem depoimento.

Dirigentes da atual e da ex-diretoria do rubro-negro foram convidados, mas não apareceram. Agora, os parlamentares aprovaram um pedido de condução coercitiva para que os representantes do Flamengo compareçam na próxima audiência.

Os clubes esportivos têm (ou deveriam ter) um compromisso mais importante do que vencer. Trata-se da função de educar e de dar bons exemplos. Compromisso que tem mais peso, aqui no Brasil, com os times de futebol, grande paixão dos meninos e meninas que crescem amando a bola e os estádios.

O dinheiro não vai amenizar a dor dos pais dos garotos que morreram. As indenizações financeiras e as questões judiciais são complicadas em qualquer país, mas no Brasil alcançam dimensões e prazos escandalosos. E a frieza na condução dessa tragédia por parte do clube alcançou um patamar inaceitável.

Obrigado por ler a **FOLHA!**

11 FEV 2020

BEMPARANÁ

'Arquivo' de miliciano morto ia além do gabinete de Flávio Bolsonaro

Italo Nogueira

Folhapress

Rio de Janeiro - A morte do ex-capitão Adriano da Nóbrega deixa uma série de perguntas não respondidas sobre a relação dos Bolsonaros com o miliciano. Mas o "arquivo" do ex-PM morto no domingo (9) ia além da família presidencial. Investigações apontam que Adriano atuava em diferentes atividades ilegais: milícia, jogo do bicho, máquinas caça-níqueis e homicídios profissionais. Conhecido como um exímio atirador, a fama nos bastidores da polícia e da contravenção se transformou em notoriedade pública após a Operação Os Intocáveis, quando a Justiça determinou sua prisão e ele se tornou foragido.

Naquele janeiro de 2019, foi identificado que Adriano mantinha duas parentes no antigo gabinete de Flávio Bolsonaro, então deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Foi nesse período que se descobriu também as medalhas concedidas ao ex-PM por Flávio.

TRE multa deputado por outdoor com Bolsonaro

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná multou o deputado estadual Ricardo Arruda (PSL) em R\$ 5 mil por propaganda irregular em razão de um outdoor em que ele aparece ao lado do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) instalado em São José dos Pinhais (região metropolitana de Curitiba). A Corte acatou representação do PT contra o parlamentar, apontando que Arruda estaria fazendo propaganda irregular por pagar outdoors com sua imagem ao lado do presidente.

O juiz eleitoral Roberto Ribas Tavarnaro confirmou a liminar pedindo a retirada da propaganda. Na ação, o PT apontou que Arruda é pré-candidato à prefeitura de São José dos Pinhais, conforme publicações do próprio deputado. No recurso, Arruda alegou que o outdoor teria o objetivo de divulgar lei estadual de sua autoria.

JORNAL DO ÔNIBUS

TRE multa Arruda

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná multou o deputado estadual Ricardo Arruda (PSL) em R\$ 5 mil por propaganda irregular em razão de um outdoor em que ele aparece ao lado do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) instalado em São José dos Pinhais. A Corte acatou representação do PT contra o parlamentar, apontando que Arruda estaria fazendo propaganda irregular por pagar outdoors com sua imagem ao lado do presidente.

Virada digital

A oito meses das eleições municipais, partidos ampliam o investimento em cursos de formação política online em busca de candidatos interessados em se lançar em outubro. A "virada digital" também tem como meta colateral a tentativa, por parte das legendas, de recuperar sua relevância no debate nacional, de fugir da pecha da velha política e de servir como ferramenta para atrair jovens. ●